

Curso de 8 de fevereiro de 1990

A concentração dos recursos simbólicos — Leitura sociológica de Franz Kafka — Um programa de pesquisa insustentável — História e sociologia — Les systèmes politiques des empires, de Shmuel Noah Eisenstadt — Dois livros de Perry Anderson — O problema das “três estradas” segundo Barrington Moore

Propus a vocês da última vez uma análise do que chamo a lógica ou a retórica do oficial, análise que se apresentava como uma antropologia geral podendo servir de fundamento a análises empíricas e notadamente genéticas. Portanto, tentei mostrar como, seja no estado nascente seja no estado institucionalizado, o Estado se apresenta como uma espécie de reserva de recursos simbólicos, de capital simbólico, que é ao mesmo tempo um instrumento para certo tipo de agentes e o objeto de lutas entre esses agentes. Essa análise do que o Estado faz e do que deve ser para fazer o que faz é preliminar a toda análise de tipo histórico. De fato, é com a condição de saber em que consiste o Estado, o que ele é — e não simplesmente, como na tradição marxista, as funções que ele supostamente deve preencher —, e de saber localizar essas operações específicas e as condições específicas dessas operações, que se pode interrogar a história e, em especial, descrever esse processo de concentração de uma forma particular de recursos com o qual se pode identificar a gênese do Estado. Ainda que ela fosse repetitiva e patinasse, essa análise seria indispensável para introduzir de fato o problema da gênese que eu gostaria de apresentar e que, infelizmente, apenas levantarei.

A CONCENTRAÇÃO DOS RECURSOS SIMBÓLICOS

Uma das questões históricas que se colocam, se aceitamos as análises que fiz nas últimas sessões, é a de saber por que e como foi possível se operar essa concentração de recursos simbólicos, do oficial e do poder específico que dá acesso ao oficial. Com efeito, todo agente individual aspira, em certa medida, ao monopólio da operação de nomeação constituído pelo discurso oficial. Volto à injúria ou ao insulto, que foi objeto do trabalho de linguistas. O

insulto participa da mesma série daquela das declarações oficiais, dos atos de nomeação oficiais, dos atos de instituição mais fundamentais que tradicionalmente associamos ao Estado. O insulto é um ato individual de nomeação, aspirando à universalidade, mas incapaz de dar outras garantias de sua ambição de universalidade além da pessoa daquele que o profere. Por causa disso, a situação-limite do insulto lembra o que poderia ser um estado de anarquia absoluta do ponto de vista do simbólico, isto é, um estado em que cada um poderia dizer de cada um o que ele é, cada um poderia dizer: “Eu sou, por exemplo, o maior filósofo vivo”, ou “o melhor varredor da França e de Navarra”, e dos outros: “Você não passa disso, ou daquilo”.¹

(Para os objetivos da compreensão, esse gênero de variação imaginária é perfeitamente útil. As situações de crise política, as situações revolucionárias aproximam-se dessas situações de luta simbólica de todos contra todos, nas quais cada um pode, com chances iguais de êxito, aspirar ao monopólio da violência simbólica legítima, da nomeação. A questão das origens pode parecer ingênua e deve ser afastada pela ciência, mas mesmo assim tem como virtude levantar de maneira radical questões que o funcionamento corrente tende a ocultar. Se imaginamos esse estado de luta simbólica de todos contra todos, em que cada um reivindicaria para si, e só para si, o poder de nomeação, vemos muito bem que se apresenta a questão de saber como se operou essa espécie de abdicação progressiva das pretensões individuais em benefício de um lugar central que, pouco a pouco, concentrou o poder de nomeação.)

Por meio de uma imagem simples, é possível imaginar agentes em grande número, cada um lutando contra cada um pelo poder de nomeação, o poder de se nomear e de nomear os outros e, pouco a pouco, através dessas próprias lutas, os diferentes agentes delegando ou abandonando ou se

resignando em abandonar esse poder em benefício de uma instância que dirá a cada um o que ele é. Seria possível descrever uma gênese mítica do Estado, fazer um mito platônico. Ter no espírito essa questão permite, primeiro, que nos admiremos: como é possível que tenhamos chegado a esse ponto? Se temos um temperamento um pouco anarquista, podemos nos espantar que as pessoas hajam abdicado desse direito de julgar e de se julgar. Podemos também ficar atentos a processos históricos que costumam passar despercebidos. O que tentarei esboçar para vocês é uma história desse processo de concentração, que não tem nada a ver com o que às vezes se diz. Os historiadores que mais se aproximam dessa interrogação insistem no fato de que o nascimento do Estado se acompanha de um processo de concentração dos instrumentos de legitimação, assim como do desenvolvimento de um aparelho e de um aparato simbólicos cercando o poder régio.

Há uma questão mais fundamental, que é a que levantei; e para dar uma ideia dessa luta simbólica de todos contra todos, vou citar a vocês um texto de Leo Spitzer sobre o que ele chama de polionomasia no *Dom Quixote*.² Ele observa que os personagens costumam ter vários nomes: dependendo da cena ou da situação, chamam-se “o cavaleiro da triste figura” etc. Essa pluralidade de nomes levanta dúvidas. Spitzer a interpreta como uma espécie de realização empírica de um perspectivismo prático segundo o qual todos os agentes têm direito a seu ponto de vista. Isso me parece uma linda realização desse mito que eu evocava: cada um nomeia segundo sua ideia. Evidentemente, esse poder de nomear se exerce em especial nas relações afetivas, amorosas: um dos privilégios do amante ou do ser amado é nomear e ser nomeado, aceitar uma nova convenção, uma re-nomeação na qual se afirma a autonomia de certa relação afetiva em relação às nomeações anteriores — desbatiza-se e

rebatiza-se. Isso não tem nada de anedótico. Não é por acaso que isso se produz de modo muito geral e muito universal. Pode-se imaginar que esse privilégio da nomeação seja distribuído ao acaso e que cada agente tenha direito à sua perspectiva. Não mais haveria — retomo a metáfora de Leibniz a respeito de Deus — “lugar geométrico de todas as perspectivas”, lugar central a partir do qual se estabelecem os nomes autênticos, os nomes do estado civil. O nome de batismo e o apelido são varridos em benefício do nome oficial, de um nome reconhecido publicamente.

O artigo de Spitzer se refere aos nomes próprios, mas pode-se levar mais longe a utopia e imaginar uma polionomasia para os nomes comuns, uma situação em que não haveria mais do que idioletos, na qual cada um aspiraria a impor sua própria nomeação e questionaria o que é o próprio mesmo de uma língua oficial, a saber, que todos os agentes sociais de um mesmo grupo social associam o mesmo som ao mesmo sentido e o mesmo sentido ao mesmo som.³ Um dos efeitos da construção de uma língua oficial, imposta em certo território, é estabelecer um contrato linguístico, um código no duplo sentido do termo, ao mesmo tempo legislativo e comunicativo, entre todos os agentes de uma comunidade, código que cada um deve respeitar sob pena de se tornar ininteligível, de ser rejeitado em meio à algaravia ou na barbárie. O Estado concentrou o capital linguístico constituindo uma língua oficial, o que quer dizer que obteve dos agentes individuais que eles renunciassem ao privilégio da criação linguística livre e que o abandonassem a alguns — legisladores linguísticos, poetas etc. Vê-se como, a partir da imagem de Spitzer generalizada, a instituição de uma língua oficial — que é o produto de uma ação histórica de imposição, de normalização, tanto da língua como dos sujeitos sociais que devem utilizá-la — acompanha-se de uma renúncia dos

agentes ao perspectivismo radical, à equivalência de todos os pontos de vista, à intercambialidade universal dos pontos de vista.

LEITURA SOCIOLÓGICA DE FRANZ KAFKA

Pode-se generalizar essa utopia da anarquia radical e imaginar um universo em que cada um exerceria plenamente, sem nenhuma renúncia, sem nenhuma abdicação, seu direito de julgar e de se julgar. Esse tema está presente em *O processo*, de Kafka.⁴ Os romancistas são úteis porque constroem utopias que são o equivalente dos mitos platônicos. *O processo* é o lugar de uma utopia desse tipo. O advogado misterioso, inalcançável, que o herói K. solicita, que pretende ser um grande advogado, diz: “Mas quem vai julgar sobre a qualidade de grande advogado?”. É um tema muito constante em Kafka. Temos tendência a fazer uma leitura teológica da obra de Kafka; ora, podemos fazer dela uma leitura sociológica, essas duas leituras não sendo, aliás, nada contraditórias. Essa busca do lugar onde se define a identidade verdadeira dos agentes sociais pode ser apresentada como uma busca de Deus como geometral de todas as perspectivas, instância última da instância que é o tribunal, instância que se pergunta quem são os juízes justos; ou como uma busca teológica de absoluto opondo-se ao perspectivismo, ou ainda como busca sociológica de um lugar central onde se encontram concentrados os recursos de autoridade legítima, e que, a esse título, é o ponto onde paramos na regressão. Como em Aristóteles, há um momento em que é preciso parar,⁵ e esse lugar em que se para é o Estado. Na tradição durkheimiana, Halbwachs fala de “foco central dos valores culturais”;⁶ ele coloca a existência de um lugar central em que se encontram capitalizados, concentrados os recursos

culturais próprios a uma sociedade e a partir do qual se definem as distâncias (como com o meridiano de Greenwich), e a partir daí se pode dizer: “Este homem é culto ou não é culto; ele sabe francês ou ele não sabe francês etc.”. Esse lugar central é o ponto a partir do qual se adotam todas as perspectivas.

Há, portanto, uma perspectiva central: de um lado, o perspectivismo; de outro, um absolutismo, um ponto de vista sobre o qual não há ponto de vista e em relação ao qual todos os próprios pontos de vista podem ser medidos. Essa perspectiva central não pode instaurar-se sem que sejam desqualificadas, desacreditadas ou subordinadas todas as perspectivas parciais, quaisquer que sejam suas pretensões: o ponto de vista do rei em relação ao ponto de vista dos grandes senhores feudais; nos séculos XVII-XVIII, o dos professores da Sorbonne por oposição aos cirurgiões.⁷

Há um lugar dominante a partir do qual se adota um ponto de vista que não é um ponto de vista como os outros, e que, instaurando-se, instaura uma dissimetria fundamental em que nada será parecido depois. Daí em diante todos os pontos de vista outros que não aquele serão privados de alguma coisa, parciais, mutilados. Gurvitch, apoiando-se na tradição fenomenológica, fala da “reciprocidade das perspectivas”:⁸ universo em que todo agente está para outro agente assim como o outro está para ele mesmo. Há, portanto, uma reversibilidade absoluta das relações que é instaurada no insulto: eu digo “você não passa de um...” e você pode me dizer a mesma coisa. Há um terceiro termo em relação ao qual se podem julgar as perspectivas: entre duas perspectivas, uma vale mais que a outra porque está menos longe do foco dos valores centrais, do geometral de todas as perspectivas.

O golpe de Estado do qual nasceu o Estado (mesmo se isso se fez por um processo insensível) demonstra um golpe de força simbólico extraordinário,

que consiste em fazer aceitar universalmente, nos limites de certo âmbito territorial que se constrói através da construção desse ponto de vista dominante, a ideia de que nem todos os pontos de vista se equivalem e que há um ponto de vista que é a medida de todos os pontos de vista, que é dominante e legítimo. Esse terceiro árbitro é um limite ao livre-arbítrio. De um lado, há o livre-arbítrio dos indivíduos que pretendem saber o que são na verdade, e de outro, um árbitro supremo de todos os julgamentos do livre-arbítrio — livres e arbitrários — sobre as verdades e os valores, o qual, dentro de certos limites, é coletivamente reconhecido como tendo a última palavra em matéria de verdade e de valor. Sou eu culpado ou não culpado? Afirmo que não sou culpado; outros afirmam que eu sou: há uma instância legítima que, em última instância, pode dizer: “Ele é culpado ou ele não é culpado”, que pode fazer um julgamento tanto de verdade como de valor, sem discussão, irrecorrível.

UM PROGRAMA DE PESQUISA INSUSTENTÁVEL

Esse gênero de análise pode parecer quase metafísico; a metafísica costuma ser apenas a sociologia transfigurada, como tentei mostrar a propósito de Heidegger.⁹ Melhor saber disso e fazer verdadeiramente a sociologia. É com a condição de se terem no espírito essas questões que se pode ver o que existe de assombroso na história mais banal da constituição de instâncias estatais, de parlamentos etc. O programa de trabalho que vou elaborar é praticamente insustentável, em todo caso para um só homem. A representação positivista da ciência que quase pede aos eruditos nunca nada avançar que eles não possam logo demonstrar exerce um efeito aterrador de castração e de

mutação do espírito. Uma das funções da ciência também é fazer programas de pesquisa conscientemente percebidos como quase irrealizáveis; tais programas têm por efeito mostrar que os programas de pesquisas considerados como científicos, porque realizáveis, não são necessariamente científicos. Por demissão positivista, em vez de buscar a verdade onde ela está, nós a procuramos sob o lampadário, ali onde podemos vê-la...

Meu programa — espero que possa convencê-los disso — tem efeitos imediatos: permite ver, na documentação histórica ou nas observações empíricas contemporâneas, coisas que outros programas ignoram completamente. Tem um efeito crítico, mostra a que ponto os programas tidos como realistas são mutilados. Então, é óbvio que não é possível contentar-se com certos programas científicos que consistem em reduzir a história do Estado à história do imposto. Um excelente historiador pode dizer: “O que faz o Estado moderno é fundamentalmente o estabelecimento de um sistema fiscal de Estado”, e cinco páginas adiante dizer: “Para que o imposto pudesse ser instaurado era preciso que fosse reconhecida a legitimidade da instância instaurando o imposto”, em outras palavras, era preciso haver tudo o que eu disse, a saber, instâncias capazes de fazer reconhecer seu monopólio da constituição legítima do mundo social.¹⁰ Os programas simples são perigosos: sucumbem muito facilmente a certa forma de economicismo. Toda uma tradição marxista reduz o processo de acumulação à sua dimensão econômica, e a acumulação a uma acumulação de recursos materiais. Por exemplo, diz-se que o Estado começa com a concentração de recursos que possibilitam uma redistribuição: mas pensa-se somente nos recursos econômicos. Ora, tudo o que eu disse dá a entender que há outra forma de acumulação — igualmente importante, senão mais — que possibilita a acumulação de recursos econômicos.

Trabalhos belíssimos de antropologia falam da acumulação possibilitada pelo capital religioso. Na África do Norte, fundadores de confrarias muito prestigiosas, santos, podem acumular recursos econômicos formidáveis na base de um capital puramente simbólico, essa acumulação introduzindo depois uma burocratização, uma gestão racional desse capital e uma degenerescência do capital simbólico proporcional à acumulação de capital econômico. Em certos casos, a acumulação econômica pode ser subordinada e secundária à acumulação simbólica. Um dos perigos dos programas parciais é mutilar a realidade, seja do lado da economia, seja do lado do político. Certos historiadores que transpuseram, para o terreno da história, a lógica da moda, que fazem como se os paradigmas mudassem como o comprimento das saias, dizem: “Acabou-se o paradigma marxista, materialista”. Tivemos o tudo econômico, agora temos o tudo político: essa inversão do a favor pelo contra, Marx ficando oposto a Pareto — Raymond Aron o fazia mais elegantemente,¹¹ se é que a elegância é um valor científico... O economicismo descreve a gênese do Estado na lógica da acumulação progressiva do capital econômico. Pode-se dizer o inverso e que o que conta é a acumulação do capital político: faz-se então uma história reduzida ao político.

Essas perversões decorrem de que não nos espantamos o suficiente do que tem de extraordinário o problema da acumulação inicial — é um vocabulário marxista —, no qual Marx não parou de pensar.¹² O que há de mais próximo das análises que esbocei é a famosa análise hegeliana da relação senhor/escravo, uma análise de filosofia que põe na origem um contrato social.¹³ Fazer uma antropologia histórica do Estado, uma história estrutural da gênese do Estado implica estudar a questão das condições em que se opera essa acumulação inicial: determinados homens abandonam o poder de julgar em

última instância, recebem de outros homens a abdicação a respeito de coisas muito importantes — o direito de fazer a paz e a guerra, de dizer quem é culpado e quem não é, quem é verdadeiramente advogado, quem é verdadeiramente pedreiro... Estamos diante de um estado do Estado em que as coisas são óbvias. Mas basta substituí-las na lógica da gênese para se perguntar: como cada pedreiro singular pôde, por exemplo, abandonar a uma espécie de “transpedreiro” o direito de dizer quem é verdadeiramente um pedreiro?

Depois dessa crítica prévia das tentativas da sociologia genética ou da história social do Estado que se inscreve na tradição da história comparada, chego ao meu programa. Eu tinha citado para vocês três autores que se situam na tradição dos grandes fundadores da sociologia: Marx e a análise da acumulação primitiva, Durkheim e a divisão do trabalho social, e Weber e sua descrição da gênese das sociedades modernas como processo de racionalização. Esses autores têm em comum tentar descrever um processo muito geral, propor uma história global do Estado. É a partir de avaliações muito diferentes do Estado final que se organiza a visão deles do Estado e do processo. Poderíamos evocar, de Marc Bloch, *Seigneurie française et manoir anglais*,¹⁴ que é possível tratar como um estudo comparativo da gênese do Estado inglês e do Estado francês. Um autor muito importante a quem me referirei indiretamente a respeito dos processos de unificação do mercado — que são correlativos aos processos de constituição do Estado e que são exatamente, como o processo de unificação do mercado linguístico, o efeito da ação do Estado — é Karl Polanyi, que em *La Grande Transformation*¹⁵ e em *Commerce et marché dans les empires primitifs*,¹⁶ estuda a constituição progressiva do mercado independente dos constrangimentos exercidos pela família, pelas

comunidades. Dois outros autores são: Karl Wittfogel, *Le Despotisme oriental*,¹⁷ que faz uma teoria geral a partir do modo de produção asiática, e Rushton Coulborn, *Le Féodalisme dans l'histoire*,¹⁸ com um estudo publicado em 1956, que não deve satisfazer os historiadores contemporâneos, mas reúne os trabalhos de diferentes historiadores sobre o feudalismo japonês, medieval, na França, na Inglaterra etc. Para minha síntese sobre a genealogia do Estado moderno, retomarei desses trabalhos algumas contribuições apenas, tendo tomado o partido de não contá-los em detalhe.

HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

Uma das funções do ensino — se ele tem uma — é dar referências, mostrar o mapa de um universo intelectual, e o que vou fazer se situa num universo cujo mapa é possível que vocês ignorem: é o produto de referências tácitas ou explícitas a esse espaço. Uma das maneiras de controlar um pensamento que lhes é proposto consiste em controlar não as fontes no sentido ingênuo do termo, mas o espaço teórico em relação ao qual esse discurso se produz. A comunicação científica deveria, sempre, não fazer o “estado da questão” — o que é estúpido, burocrático, do tipo “projeto de pesquisa do CNRS* —, mas dizer qual é o estado do espaço científico que se mobilizou ativamente para construir sua problemática. Com muita frequência os profanos não têm a problemática com respeito à qual o profissional produz seu discurso. Os profanos lembram-se das teses: são a favor ou contra as grandes escolas, a favor [ou contra] a democracia direta, a autogestão etc. Toda ciência desenvolve historicamente, por um processo de acumulação que não é simplesmente aditivo, estruturas de problemáticas complexas. Da mesma

maneira, ser um pintor hoje, a menos que seja um naïf, é estar à altura de toda a história da pintura e dominar a problemática. O visitante naïf de galerias, ignorando essas problemáticas, poderá dizer de certos quadros: “Meu filho faz a mesma coisa...”. O sociólogo é como um pintor não naïf que, infelizmente, é vítima de juízes naïfs... Uma comunicação pedagógica racional deveria se esforçar ao menos para fornecer o espaço dos problemas. Vou lhes dar algumas balizas; vocês verão que os três autores de quem falarei desempenharam um papel muito pequeno na construção do que lhes proponho. Apesar de tudo, são importantes porque representam a maneira espontânea de fazer o que farei hoje. Essas obras, com as quais estou em completo desacordo, merecem ser lidas com respeito: representam um enorme trabalho e tentativas sistemáticas visando construir abordagens coerentes, explícitas, conscientes. Os historiadores, donos de seu pequeno monopólio, terão a faca e o queijo na mão para escarnecer de tais tentativas: poderão dizer, evidentemente, que é má sociologia a respeito de má história. Mas o mérito dessas obras aí está: em vez de se contentarem em acumular histórias, tentam construir modelos sistemáticos, reunir um conjunto de traços ligados por relações controladas e capazes de ser validadas ou falsificadas pela confrontação com o real. Não ignoro o que esses modelos têm de um pouco brutal e arbitrário.

Os historiadores são agentes sociais cujos trabalhos são o produto de um encontro entre *habitus* sociais formados parcialmente pelo campo histórico como sistema de exigências e de censuras: eles são o que são porque o campo histórico é o que é. Uma parte das coisas que eles não fazem ou das coisas que fazem se explica pelo que o campo lhes pede para não fazer ou fazer. Com razão, criticam nos sociólogos estarem num campo que lhes pede certas coisas que podem parecer presunçosas, arrogantes, “olhe-eu-aqui”. E, ao contrário,

não lhes pede para fazer outras coisas que parecem indispensáveis, necessárias aos historiadores. Em outras palavras, as relações entre as disciplinas, como as relações entre os altos funcionários e os artistas, são relações entre campos que têm histórias diferentes e em que as pessoas, dotadas de *habitus* diferentes, respondem sem saber a programas diferentes produzidos por histórias diferentes. A mesma coisa valeria para a relação filósofos/sociólogos etc. Não estou na lógica da acusação; não há que condenar. Uma das virtudes da sociologia, quando aplicada a si mesma, é de tudo tornar compreensível. Uma das intenções normativas que posso ter no espírito — se entre vocês há historiadores — é dizer:

Questionem o programa em nome do qual vocês vão recusar o programa implicado nos trabalhos que vou lhes expor e perguntem-se se essa certeza positivista não é o produto de uma censura incorporada, portanto de uma mutilação, e se não seria bom reintroduzir, sem nada perder das exigências tradicionais dos historiadores, esse programa ambicioso...

Essa pregação estava implícita, portanto melhor dizê-la explicitamente...

LES SYSTÈMES POLITIQUES DES EMPIRES, DE SHMUEL NOAH EISENSTADT

Começo por Eisenstadt, com *Les Systèmes politiques des empires* [1963]. Ele tem como projeto — o que não pode deixar de fazer os historiadores se sobressaltarem — estudar vinte Estados que considera como pertencendo ao tipo dos impérios histórico-burocráticos, isto é, “regimes pré-industriais

caracterizados por um alto grau de poder centralizado, agindo por meio de uma vasta administração impessoal”. As palavras-chave são: “pré-industrial”, “poder centralizado”, e “administração impessoal”, isto é, independente das pessoas em seu funcionamento e em sua transmissão. Esse conjunto compreende os Estados absolutistas da época pré-moderna (França, Inglaterra), os califatos árabes dos abássidas, o Império Otomano, as dinastias sucessivas do Império Chinês, os Estados asteca e inca, o Império Mongol e seus predecessores hindus, a Pérsia sassânida, os impérios helenísticos, o Império Romano, o Império Bizantino, os impérios do antigo Egito e os impérios coloniais (espanhol na América Latina, inglês nas Índias). Isso até parece uma enumeração à Prévert... mas vocês verão que a tentativa, que supõe uma inegável cultura, é, no entanto, interessante.

Primeiro, o método: ele está na tradição que os sociólogos chamam de estruturo-funcionalista, encarnada por Parsons e sua noção de “profissão”,¹⁹ uma tradição que tenta descobrir as características fundamentais de todos os sistemas políticos. Seu postulado consiste em destacar as propriedades de estrutura porque todo Estado tem de cumprir determinadas funções universais. As condições para realizar essas funções é que ele precisa ser legitimado, precisa concentrar os recursos etc. Essas exigências funcionais vão se acompanhar de propriedades estruturais. Mas, na verdade, contrariamente às aparências, os estruturo-funcionalistas, que são no leque político mais conservadores, estão muito próximos dos marxistas, do ponto de vista desses postulados fundamentais (isso pode parecer arbitrário e simplista e eu deveria desenvolver e argumentar muito, porque compreendo que dizer, para alguns, que Marx e Parsons não são muito diferentes é dizer algo que pode causar um transtorno, mas não tenho tempo nem tampouco muita vontade de fazê-lo...).

De acordo com uma filosofia estruturo-funcionalista, há caracteres fundamentais de todos os sistemas políticos possíveis e de sua relação com os outros sistemas constitutivos de uma sociedade. Esses caracteres fundamentais são utilizados como variáveis que permitem caracterizar todas as sociedades. Daí a ideia de fazer uma modelização. Outros enfoques consideram a sociedade como um sistema de sistemas (político, econômico, cultural etc.). A partir da enumeração dessas invariantes, podemos interrogar as variações, e portanto definir as variáveis que vão separar os diferentes Estados como realização diferente dessas combinações de sistemas. Isso tem o mérito de ser coerente e explícito... Pessoas como Eisenstadt, com seu peso pedestre, têm virtudes para mim: com todo o arsenal conceitual da sociologia mundial dos anos 1960 (estatutos e papéis desempenhados etc.), eles tentaram pensar. A operação primeira é uma operação de classificação: vão-se classificar os tipos de Estado, fazer uma tipologia fundada na enumeração de certo número de características comuns a diferentes sociedades ou configuração de traços, ao mesmo tempo sustentando que essas configurações têm propriedades sistêmicas. (Isso nos vem da Alemanha, através da teoria neofuncionalista de Niklas Luhmann, teoria muito geral que engole tudo. Esse parêntese é uma forma de vacinar vocês de antemão, para quando a coisa chegar...)

A ideia é que, num regime político, é possível isolar características; e os regimes que têm as mesmas características podem ser postos numa mesma classe. Ao mesmo tempo, não nos esquecemos de que essas características entrarão nas combinações diferentes e, portanto, criarão sistemas diferentes. A analogia biológica está por trás. Por conseguinte, temos ao mesmo tempo um pensamento analítico, que isola elementos nos conjuntos complexos, e um pensamento sintético, que não esquece que esses elementos entram em

configurações históricas singulares, e que o Estado japonês não é o Estado francês, nem o Estado abássida. Eis a tentativa. Tendo definido essas classificações fundamentadas na pesquisa comparativa sobre a captação de características comuns, tentam-se destacar as propriedades comuns, uma espécie de essência histórica. As características comuns a todos os impérios classificados no tipo que será objeto do estudo, a saber, os impérios centralizados histórico-burocráticos, serão enumeradas como constitutivas dessa ordem política.

A primeira característica é a autonomia limitada da esfera política:²⁰ são universos em que a esfera política é parcialmente arrancada da imersão nas relações de parentesco, nas relações econômicas. Aparece uma ordem política relativamente autônoma. Essa contribuição é importante: toda teoria da gênese do Estado deverá permitir-se isso. Essa autonomia limitada e relativa da esfera política manifesta-se pelo aparecimento de objetivos políticos autônomos nos meios dirigentes; eles começam a ter uma razão política, que não é somente a razão familiar — é o esboço do que se chamará a razão de Estado. A segunda grande propriedade é a diferenciação dos papéis políticos em relação às outras atividades; por exemplo, o surgimento de um papel próprio do funcionário, separado do guerreiro, do escriba, do sacerdote. Correlativamente ao aparecimento dessa diferenciação dos papéis políticos, ou dessa divisão do trabalho político, para dizê-lo numa linguagem marxista, vemos surgir uma luta dentro do universo político: ele se autonomiza, se diferencia e, porque se diferencia, torna-se o lugar de uma luta. Terceira propriedade: os dirigentes tentam centralizar a esfera política; em outras palavras, há um trabalho para concentrar o poder. Quarta propriedade, que não se percebe muito bem como se diferencia da segunda: surgem, de um lado,

instâncias administrativas específicas, burocracias, e, de outro, instâncias de luta política legítima — sendo o paradigma o Parlamento —, isto é, lugares institucionalizados em que está concentrada e circunscrita a luta política. Isso está ligado ao processo de centralização e de concentração. A luta de todos contra todos, que se pode exercer em qualquer lugar, é substituída — a metáfora é de Marx — por um lugar em que a luta política poderá exercer-se segundo as formas legítimas, sendo o Parlamento esse teatro do político.

Misturo Eisenstadt e Marx. Eisenstadt diz que o Estado aparece com a concentração de recursos “livremente flutuantes”, recursos em dinheiro, em ouro, em técnicas; poderíamos acrescentar os recursos simbólicos, pois o Estado está associado a esses recursos simbólicos flutuantes. O processo que Eisenstadt descreve pode ser analisado como processo de diferenciação, de autonomização, de centralização. Ele insiste — é outra ideia importante — no fato de que esse processo de centralização e de concentração dos recursos flutuantes se vê limitado pelo fato de que deve contar com os laços tradicionais contra os quais se construiu. Voltarei a esse ponto muito importante. Evidentemente, todas essas pessoas têm em mente a questão do feudalismo e a passagem, em linguagem marxista, do feudalismo ao absolutismo. Marx impôs sua problemática ao conjunto das pessoas que pensaram nesse gênero de problema, e talvez ainda mais aos que pensaram contra ele. Assim, os estruturo-funcionalistas, embora totalmente opostos politicamente, insistem na ideia da contradição dessa concentração de recursos, que se faz contra os feudais e, ao mesmo tempo, para eles. Encontraremos esse tema em Perry Anderson.

Tendo definido essas características comuns, Eisenstadt descreve o que lhe parece ser o conjunto dos fatores favoráveis ou determinantes da aparição

dessa configuração histórica. Para que esse tipo de império, de Estado apareça, é preciso, primeiramente, que a sociedade tenha atingido um certo nível de diferenciação. A tradição de Parsons, no prolongamento da tradição durkheimiana e weberiana, insiste na ideia de que o processo histórico é um processo de diferenciação do mundo em esferas, ideia com a qual estou de acordo, embora eu não defina as esferas como eles o fazem. Portanto, temos a necessidade de um certo grau de diferenciação, em particular da administração em relação ao religioso.

Em segundo lugar: é preciso que um certo número de pessoas tenham escapado ao estatuto rígido das relações agrárias tradicionais. Poderíamos nos apoiar numa observação de Max Weber sobre o fato de que, para que apareçam os notáveis, essa forma elementar do homem político, esses homens que aceitam — o que não fazem de coração alegre na sociedade dita arcaica — consagrar-se aos interesses comuns e dedicar-se a solucionar conflitos na aldeia, é preciso que já haja um pouco de excedente, de *skholê*, de lazer, de distância — uma reserva de tempo de folga.²¹ O processo de diferenciação desdobra-se num processo de acumulação inicial de recursos que se traduz em tempo livre, podendo esse tempo livre ser dedicado ao que é propriamente político. Desenvolvo Eisenstadt servindo-me de Weber, pois ele se situa na linha de Weber.

Em terceiro lugar: é preciso que certos recursos — religiosos, culturais, econômicos — não estejam mais na dependência da família (“*disembedded*”), da religião etc. Polanyi emprega essa noção a respeito do mercado que existe nas sociedades tradicionais, pré-capitalistas. Em seu livro coletivo sobre o comércio nos impérios, há um capítulo muito bonito de um antropólogo inglês sobre o mercado cabila,²² que é perfeitamente conforme ao que se

podia observar não faz tanto tempo assim. Existe um mercado aonde as pessoas vão levar seu gado, comprar grãos para o plantio, mas esse mercado é imerso nas relações familiares. Por exemplo, ali não se devem fazer transações fora de um espaço social limitado, age-se sob o aval de fiadores, faz-se intervir todo tipo de controle, o que resulta em que as relações econômicas puras, tais como as descreve a teoria econômica, não possam se autonomizar. Ora, para que o Estado exista, diz Eisenstadt, é preciso que existam recursos flutuantes “desengajados”, podendo esses recursos ser rendimentos, símbolos ou trabalhadores, que não sejam de antemão apropriados e nem objeto de preempção por um grupo primário “ascriptivo”, como eles dizem na linguagem de Parsons, hereditário e particularista. O exemplo por excelência seria o trabalhador livre de Max Weber — ver seu artigo muito famoso sobre a substituição do trabalhador agrícola pelo doméstico no leste da Alemanha.²³ Para compreender o que Eisenstadt quer dizer, é preciso pensar [nesse operário] agrícola que é tipicamente agarrado nas relações domésticas: seu trabalho não é constituído como tal; ele se envolve com os filhos de seu patrão, os quais trata como seus próprios filhos; portanto, fica enredado nas relações afetivas. Por isso, paradoxalmente, a noção de trabalho livre não consegue constituir-se. Para que o trabalhador seja explorável, precisa ser livre — Marx sublinhou muito bem esse paradoxo —, precisa estar liberado de suas relações de dependência pessoal em relação ao empregador e se tornar um trabalhador livre, jogado no mercado, para aí se submeter a outra forma de dominação, impessoal, anônima, que se exerce sobre indivíduos intercambiáveis.

Esses recursos livremente circulantes são, é claro, o instrumento de poder dos primeiros acumuladores de capital, o instrumento de sua dominação e, ao mesmo tempo, o objeto de sua luta; os dirigentes estão envolvidos

na acumulação dos recursos e na luta pela acumulação dos recursos e pela apropriação dos recursos acumulados. Essa luta, que é o produto do começo da acumulação, é também o produto da aceleração da acumulação. Há aí uma dialética entre os recursos livremente flutuantes e os conflitos gerados para e por esses recursos. A intuição de Eisenstadt é justa embora seja preciso integrá-la num sistema mais complexo compreendendo também os recursos simbólicos: a acumulação inicial é possível pela existência desses recursos, que, por sua vez, geram, pelos conflitos que provocam, o desenvolvimento de novos recursos destinados a controlar o uso desses recursos e de sua redistribuição. Daí o efeito de bola de neve: o Estado nasce nessa dialética.

Eisenstadt insiste na existência de uma contradição. Ele faz a seguinte observação, que encontraremos em Perry Anderson, a saber, que esses impérios surgem de uma contradição. Com efeito, os dirigentes surgem da ordem tradicional feudal, de um sistema de poder fundado no parentesco, hereditário, transmissível, de maneira mais ou menos carismática; ao mesmo tempo, devem construir o Estado contra o próprio espírito do espírito de origem. Estão num *double bind*,²⁴ constantemente divididos entre a submissão aos valores feudais que encarnam e a demolição desses mesmos valores. As empreitadas de fabricação do Estado supõem a própria dissolução da ordem da qual saíram. Essas pessoas devem atacar as aristocracias da qual saíram: devem atacar os privilégios da aristocracia para defendê-la, para defender os interesses desses aristocratas. Mais amplamente, devem sabotar os próprios fundamentos da ordem feudal anterior, os valores, os privilégios, as representações implícitas, as crenças, para ter acesso a essas novas realidades e representações totalmente antif feudais que são as representações burocráticas, impessoais, anônimas. Muitos desses impérios dão poder a pessoas que são

párias: eunucos, escravos, estrangeiros, apátridas etc. E vê-se bem por quê: na medida em que se trata de constituir uma ordem política independente, a qual obedece a leis de funcionamento e de transmissão antagônicas às leis tradicionais da transmissão pela família, uma das maneiras de cortar radicalmente o mecanismo é se dirigir a pessoas fora do jogo. O limite é o eunuco, ou então o celibato dos padres. Encontramos essas estratégias por todo lado, desde o Império otomano até a China. Paradoxalmente, as posições mais importantes são ocupadas por pessoas fora do jogo. Efeito inverso, na tradição do Império otomano os irmãos do príncipe eram com muita frequência executados, o que era uma maneira de sustar as guerras palacianas feudais, em ligação com a reivindicação do patrimônio segundo a lógica hereditária. A burocracia instaura uma ordem política que é para essa própria ordem seu começo.

Eisenstadt faz tipologias, atomiza os sistemas históricos em propriedades, observa as variações, mas sem perder de vista a ideia de sistematicidade, da coerência de cada combinação histórica. É outro de seus méritos: ele descreve um fenômeno que se pode chamar de “fenômeno de emergência”. A noção de emergência está ligada a uma tradição epistemológica segundo a qual se passa de um sistema a outro, não de maneira simplesmente aditiva, mas por saltos qualitativos que correspondem a mudanças de estrutura dos elementos;²⁵ fala-se de emergência de uma ordem política quando se tem no espírito que ela não é simplesmente o resultado da agregação aditiva de elementos preexistentes, mas que cada uma das etapas desse processo se acompanha de mudanças de toda a estrutura. Outra metáfora empregada com muita frequência é a ideia de cristalização: a certa altura, elementos díspares se afiguram e realizam uma combinação (Althusser jogava com a noção de

combinação...). Os conjuntos emergentes têm propriedades sistêmicas ligadas à existência de *patterns*, de estruturas globais autorreforçadas.

Sou muito injusto com Einsenstadt, mas, tendo em vista as leis de transmissão em nosso universo francês, vocês provavelmente nunca ouviriam falar dele. O que lhes disse talvez os preparará para fazer dele uma leitura positiva e construtiva...

DOIS LIVROS DE PERRY ANDERSON

Agora lhes apresentarei brevemente dois livros de Perry Anderson: *Les Passages de l'Antiquité au féodalisme* e *L'État absolutiste*. Como Eisenstadt, Perry Anderson está na tradição da história totalizante que visa captar um movimento histórico em seu conjunto, não se contentar em fazer a história do Estado, do exército, da religião etc. Ele quer captar a totalidade, com a intenção, explicitamente afirmada por Marc Bloch, de compreender o presente. A pergunta de Anderson é totalmente ingênua: como é possível que a França tenha uma tradição revolucionária, ao passo que a Inglaterra jamais tenha feito sua revolução? Que a França tenha pensadores críticos como os althusserianos e a Inglaterra pensadores conformistas? É assim que ele coloca o problema, e mal e mal estou caricaturando... Para apresentar a questão de maneira mais nobre: quais são os fatores que favorecem as forças socialistas na Inglaterra? Ele quer tirar de uma história global comparada dos grandes Estados ocidentais, aos quais acrescenta o Japão para os objetivos da comparação, instrumentos para compreender as particularidades que ele desaprova ou aprova na França e na Inglaterra. Critica o evolucionismo marxista. Seu projeto é perfeitamente weberiano, embora se situe na tradição marxista: ele visa

captar a especificidade da história da Europa ocidental comparando, primeiramente, a história da Europa — da Grécia com a França dos Bourbons ou com a Rússia czarista — com a história do Oriente ou do Oriente Médio — de Bizâncio à Turquia —, ou com a história da China, a fim de ver quais são as particularidades da história europeia do ponto de vista da construção do Estado. Em segundo lugar, comparando, dentro da história ocidental, o desenvolvimento do Leste e do Oeste da Europa. Vocês compreendem de imediato que, na verdade, ele procura saber por que o socialismo é o que é na Rússia: não estará ligado à história anterior do Estado no Leste e no Oeste da Europa? E vocês verão que Barrington Moore, o terceiro autor de quem vou lhes falar, diz as coisas de maneira perfeitamente clara e diz que seu problema é compreender as “três grandes estradas”: a que conduz à democracia ocidental, a que conduz ao fascismo e a que conduz ao comunismo. Ele tenta fazê-lo por uma história comparada da China e da Rússia, de um lado, do Japão e da Alemanha, de outro, e, enfim, dos países europeus. Tenta descobrir os fatores explicativos na história dessas três grandes tradições.

Nas discussões atuais sobre os acontecimentos no Leste [queda do muro de Berlim em 1989], as pessoas manipulam confusamente as coisas sem se darem ao trabalho de explicitar seus modelos e, sobretudo, sem ser capazes de fazê-lo, porque isso supõe uma elaboração histórica considerável. O mérito da construção de modelos é que isso obriga a tornar patente o sistema de interrogações. É por isso que vemos muito melhor as perguntas politicamente ingênuas ou ingenuamente políticas que esses historiadores de história comparada se fazem. Os historiadores de história pura e simples se fazem o mesmo tipo de perguntas — a propósito da Revolução Francesa —, mas é mais mascarado, porque simplesmente os modelos são menos patentes. Ora,

um modelo patente é mais fácil de combater do que um modelo larvar, viciosamente escondido sob material pseudoneutro. Seria muito fácil fazer-se de esperto diante desse tipo de pesquisas, tanto mais que no que estou passando aqui a vocês não menciono o imenso trabalho histórico que supõe a construção desses modelos: só lhes dou os esquemas gerais. Mas, embora esse trabalho histórico seja de segunda mão — e eu mesmo tento, há anos, me constituir essa cultura de segunda mão —, não é uma insignificância controlar esse universo de saber. Digo isso porque é o mínimo que se pode dizer quando se fala de pessoas que fizeram esse gênero de trabalho.

Esses autores têm ideias preconcebidas, problemáticas ligadas ao presente e à tradição intelectual na qual se encontram. Seus dois grandes tipos de problemas são o problema marxista, que eu evocava há pouco, e o do resultado histórico das diferentes trajetórias. Eles responderão a isso de modo diferente. Anderson quer fazer uma reabilitação dos absolutismos europeus e superar a ambivalência de Marx em relação às monarquias absolutas da Europa moderna. Ele transpõe para as monarquias absolutas a análise clássica do capitalismo segundo Marx: assim como Marx e Engels caracterizavam a Europa moderna como um “comitê executivo para a gestão dos negócios comuns do conjunto da burguesia”, assim Anderson considera as monarquias absolutas, tal qual a França de Luís XIV, como comitês executivos da última defesa dos interesses comuns do conjunto da nobreza feudal. O Estado absolutista é o último baluarte — que será varrido pela Revolução — da nobreza feudal; é um “aparelho de governo reorganizado para e pela nobreza feudal”, um regime que serve a nobreza feudal. Mas assim como, segundo Marx, o Estado democrático capitalista deve disciplinar e até destruir certos capitalistas individuais para conseguir que triunfe a ordem capitalista, assim também

— e é a contradição da ordem absolutista, segundo Anderson — a ordem absolutista deve disciplinar e mesmo destruir certos senhores, ou certos senhores da casta feudal, para salvar um sistema feudal de exploração, a saber, a servidão. O que era uma grande objeção à tese da funcionalidade do Estado absolutista para os feudais, a saber, as revoltas feudais, não é objeção para Anderson. Para salvar os interesses da classe, o absolutismo deve sacrificar uma parte da classe: é essa parte da classe sacrificada que se revolta, o que não pode ser considerado uma prova, pelo fato de que esse Estado absolutista não serviria os interesses globais da classe. Em outras palavras, a resistência da nobreza feudal não é um argumento contra a natureza feudal do regime.

O absolutismo dá aos feudais do Ocidente uma compensação pela perda da servidão sob a forma de propriedades, de corte, de prebendas. A acumulação permitida pelo imposto e a redistribuição possibilitada pela acumulação fazem que os nobres possam receber subsídios compensatórios próprios a suprir a falta dos rendimentos feudais. Para os feudais do Leste, o absolutismo — aliás, tomado de empréstimo — não é simplesmente destinado a compensar a perda do feudalismo, pois ele permite sua perpetuação. Observação importante que encontraremos também em Moore: os Estados orientais são Estados induzidos; construíram-se sobre o modelo dos Estados ocidentais inglês e francês, como se o Estado tivesse sido uma importação. Esses historiadores marxistas, não muito felizes com o destino dos regimes marxistas, se fazem a seguinte pergunta política: por que o marxismo na Rússia tomou a forma que tomou? Um Estado que se engendrou desde a origem não tem propriedades diferentes de um Estado que se engendrou na base de algo tomado de empréstimo, de um modelo importado?

Um livro de outro historiador muito famoso, Alexander Gerschenkron, sobre o atraso econômico do capitalismo russo,²⁶ segue a mesma linha. Não se pode compreender o destino do capitalismo na Rússia se não se compreende que esse capitalismo deu a partida depois dos outros, ao passo que os capitalismo francês e inglês já estavam muito desenvolvidos. Seu *backwardness* está ligado ao fato de que deu a partida depois. Diz Marc Bloch, contrariamente ao lugar-comum da sociologia espontânea dos anglo-saxões, que o Estado inglês se constituiu bem antes do Estado francês.²⁷ Será que um Estado que se desenvolveu segundo sua lógica própria por uma intenção espontânea não deve a essa particularidade uma parte de suas particularidades, e em especial o que sempre chama a atenção dos observadores, ou seja, o fato de que esse Estado pôde perpetuar instituições extremamente arcaicas, a começar pela realeza, para além da Revolução Industrial? Isso conduz a outro falso problema que Marx legou à tradição historiográfica, o da revolução burguesa: por que a Inglaterra não teve revolução burguesa? Isso dá muita pena aos marxistas ingleses; e os marxistas japoneses desenvolveram uma abundante literatura para reponder à pergunta da via japonesa como desvio em relação à única via que leva à única verdadeira revolução, a revolução burguesa... Esse feudalismo reconvertido assume formas totalmente diferentes dependendo dos países. Por vezes, há terríveis ingenuidades. Perry Anderson explica, assim, a estranheza da via escandinava: o determinismo fundamental da especificidade escandinava é a natureza particular da estrutura social viking — está-se num círculo perfeito. (Dito isto, eu gostaria hoje de, pelo menos, ensinar a vocês a leitura caridosa, a leitura segundo o interesse bem compreendido. Não compreendo por que lemos os livros que desprezamos: lemos ou não lemos... A

leitura caridosa segundo o interesse bem compreendido consiste em ler as coisas de tal maneira que elas tenham um interesse.)

Volto à Escandinávia. Se se faz uma leitura aprofundada, a história de um país se torna *one way*, em sentido único, como a história individual. Uma das funções da noção de habitus é lembrar que as primeiras experiências orientam as segundas, que orientam as terceiras: percebemos o que nos acontece através das estruturas que foram postas em nossos espíritos pelo que nos aconteceu — é banal, mas mesmo assim é preciso pensar nisso. Não recomeçamos nossa história a cada instante; um país também não. Ter tido uma estrutura social viking é, mesmo assim, importante; resta estudar o que quer dizer a “via viking”, em que isso comandou instituições, em que as instituições posteriores foram pré-construídas graças aos espíritos, eles mesmos construídos por essas instituições anteriores. Já estou esboçando um pouco a perspectiva científica que vou desenvolver. Tentarei mostrar como uma verdadeira história genética, uma sociologia histórica, procura captar esses processos de criação permanente que visam transformar as estruturas a partir de constrangimentos objetivamente inscritos na estrutura e no espírito das pessoas, processos que mudam a estrutura e que são moldados em parte pelo estado anterior da estrutura. A filosofia da história que pegarei para minha análise futura é que, a cada instante, toda a história está presente na objetividade do mundo social e na subjetividade dos agentes sociais que vão fazer a história. O que não quer dizer que estejamos em tamanho sistema fatal que, a partir do instante inicial, possamos deduzir os instantes seguintes, mas que, a todo momento, o espaço dos possíveis não é infinito. Podemos até mesmo nos perguntar se o espaço dos possíveis não vai se estreitando...

Anderson desenvolve a contradição, indicada em Eisenstadt, entre o Estado absolutista e o feudalismo. Essa tese já está presente em Marx e Engels. Engels diz, por exemplo: “O regime do Estado permanecia feudal ao passo que a sociedade tornava-se cada vez mais burguesa”.²⁸ É a velha contradição que sempre se enunciou. Anderson a elabora um pouco e descreve os conflitos que Eisenstadt já evocava: o Estado absolutista, como aparelho feudal organizado novamente, é levado a exercer ações repressivas contra aqueles mesmos cujos interesses ele serve. Os Estados absolutistas servem como máquina repressiva da classe feudal que acabava de abolir as bases tradicionais da comunidade e, ao mesmo tempo, agridem os fundamentos essenciais da ordem feudal exercendo um controle fiscal direto que se substitui ao exercício do sistema fiscal feudal. Para servir os interesses da classe feudal, o absolutismo deve contrariar o feudalismo. Uma observação, de passagem: Anderson atribui uma importância muito grande ao papel do direito romano, porque o Ocidente tinha essa herança antiga, porque há uma via ocidental diferente. Os *lawyers*, que estão na origem do Estado moderno, puderam beber na fonte do capital de recursos jurídicos acumulados, utilizado como técnica.

Eu tinha previsto comparar Eisenstadt e Perry Anderson para lhes mostrar que, sob a oposição aparente entre uma tradição estruturo-funcionalista e uma tradição marxista, há muitas semelhanças. Para resumir muito depressa: Eisenstadt é um funcionalismo para todos, ao passo que Anderson é um funcionalismo para alguns. Eisenstadt se pergunta quais são as funções do Estado para o conjunto da ordem social, com todas as classes confundidas, ao passo que Anderson se interroga sobre as funções de classe para os dominantes desse tempo, isto é, para os feudais. Mas o essencial é que ambos são funcionalistas: em vez de se interrogar sobre o que faz o Estado e sobre as

condições que devem ser cumpridas para que ele possa fazer o que faz, ambos deduzem o que ele faz das funções que eles apresentam quase a priori, tais como a função de manter a unidade, de servir etc.

O PROBLEMA DAS “TRÊS ESTRADAS” SEGUNDO BARRINGTON MOORE

O terceiro historiador de quem vou lhes falar, Barrington Moore, em *Les Origines sociales de la dictature et de la démocratie* diz muito claramente que seu problema é compreender o papel das altas classes fundiárias e dos camponeses nas revoluções que levaram à democracia capitalista, ao fascismo e ao comunismo. É o problema das “três estradas”, e, para responder a essa pergunta, ele compara a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, exemplos de revoluções burguesas conduzindo à democracia; o Japão e a Alemanha, exemplos de revoluções conservadoras conduzindo ao fascismo; e a China, exemplo de revolução camponesa conduzindo ao comunismo. É ele o mais consequente como comparatista: quer isolar uma variável considerada como variável principal e ver como varia o que se passa quando essa variável varia. Evidentemente, isso supõe uma formidável mutilação, e um historiador um pouco consciente diria que não é possível fazer isso. Mas repito que é melhor uma falta patente do que um erro oculto: é melhor construir um sistema de fatores explicativos restritos mas explícitos do que mudar de sistema explicativo de uma página à outra. Moore escreve, por exemplo, que o Estado nasce com o imposto e que tudo reside nisso, mas três páginas adiante esclarece que, se a legitimidade do Estado não for reconhecida, não há imposto... (Vejo, nesse modo de pensar, uma analogia com a oposição entre o pensamento

mítico e o pensamento racional: uma das condições para que os sistemas míticos funcionem na coerência parcial é que jamais sejam testados simultaneamente; se a certa altura vocês dizem: “O homem é para a mulher o que o Sol é para a Lua”, e mais tarde: “O homem é para a mulher o que o sapo é para a rã”, vocês não confrontam essas duas proposições, e põem em ação os mesmos esquemas práticos — o “ofício de historiador”. Esse gênero de construção não é passível da prova brutal à qual se expõem as pessoas que dizem: “Pego três fatores explicativos e vou ver como eles variam”. Portanto, é um progresso.)

Para Barrington Moore, é preciso considerar, no período em que se constituem os Estados modernos, uma relação entre três termos: a grande propriedade rural, os camponeses e a burguesia urbana. Ele tenta explicar as características desses três resultados em função das combinações em que eles vão entrar. A democracia aparecerá nas tradições em que há um equilíbrio aproximativo entre as três vias, em que não há aliança entre a aristocracia e a burguesia, que se faz à custa dos camponeses e dos operários, em que existe uma tendência comercial, urbana, burguesa bastante forte para contrabalançar as tradições feudais. Quando se consideram os três tipos ao mesmo tempo, cada um caracteriza os outros negativamente. O Japão e a Alemanha são caracterizados por um desequilíbrio em favor das aristocracias rurais, por uma sobrevivência das tradições feudais que continuam a dominar as burocracias estatais. Os *Junkers* foram os primeiros a entrar no grande aparelho de Estado: “As pressões, próprias para fazer contrapeso, dos grupos capitalistas não são suficientes para compensar as consequências políticas de uma forma de agricultura que exerce uma opressão sobre os camponeses e repousa sobre controles políticos muito fortes”.²⁹ Para distinguir o Japão da Alemanha, ele

acrescenta que, no caso do Japão, o laço feudal tinha um caráter particular e acentuava a lealdade de tipo militar, a disciplina, em detrimento de uma lealdade mais contratual, mais livremente escolhida. O modelo se complica se levamos em conta o peso relativo das três forças. No caso da via para o comunismo, as tendências à comercialização, o desenvolvimento capitalista urbano e burguês, com os valores associados, são fracos, as formas de agricultura repressiva são muito fortes (servidão etc.), as forças absolutistas suscitam revoltas de base camponesa, elas mesmas invertendo de maneira mecânica as formas de dominação antiga. Portanto, tem-se uma recondução de um absolutismo primitivo.

Sinto muito por esses autores que, apesar de tudo, eu respeito. Eu gostaria de ter lhes contado, na sequência, o esquema que queria lhes propor e que não é fabricado de pedaços tirados de uns e dos outros. Gostaria de lhes dar os meios de criticar os modelos tornando visíveis essas articulações. Tentarei da próxima vez mostrar-lhes que é preciso mudar de filosofia da história para explicar mais sistematicamente as mesmas coisas e encontrar, de passagem, certas coisas que foram vistas por esses autores, que os exorto a ler...

* Centre National de la Recherche Scientifique [Centro Nacional da Pesquisa Científica], o órgão público francês de pesquisa e financiamento de pesquisadores. (N. T.)